

Boletim do CNE: Apagão no Amapá custou 190 milhões.

Compartilhamos abaixo o boletim do Coletivo Nacional dos Eletricitários – CNE sobre o apagão no Amapá.

09/11/2020

CNE ESTIMA QUE APAGÃO CUSTOU, ATÉ AGORA, CERCA DE R\$ 190 MILHÕES À ECONOMIA DO AMAPÁ

O Coletivo Nacional dos Eletricitários calcula que, até agora, o blecaute no Amapá causou prejuízo de cerca de 190 milhões de reais à economia daquele Estado, levando em conta o que deixou de ser produzido nas regiões afetadas pelo apagão que deixou 765 mil pessoas no escuro e foi causado na subestação da empresa privada ISOLUX.

O cálculo, que se baseia no PIB de 2019 (Produto Interno Bruto, soma das riquezas produzidas no Estado do Amapá), levou em conta quanto a economia deixou de produzir em razão do blecaute.

Para chegar à estimativa, o CNE usou valores médios e considerou quatro dias e 8 horas de apagão com carga elétrica atingida de 100% do Estado do Amapá.

Primeiro, ele calculou o PIB do Estado do Amapá ano referência 2019 (IBGE), que é de R\$ 15,4 bilhões. Com isso, temos o PIB por dia, no valor de 43,8 milhões e chegamos ao valor do PIB por hora que é 1,8 milhões. Como houve queda de 100% da carga do Estado do Amapá, chega-se ao custo da falha de R\$ 190 milhões.

Podemos constatar, assim, mais uma vez, o descaso deste governo na condução do País. Imagine só se tivesse tudo na mão da iniciativa privada. Teríamos, certamente, não menos de 10 dias para tirar o Estado da crise - como disse o próprio Ministro das Minas e Energia - mais alguns

#SOS AMAPÁ

A causa da tragédia e do sofrimento do povo é a **PRIVATIZAÇÃO** dos serviços públicos, a doutrina do Estado mínimo do neoliberalismo

meses para recompor a energia prioritária a população com todas suas consequências correlatas.

Devemos ressaltar o brilhante trabalho da estatal Eletronorte que, mesmo não sendo responsável pelo apagão, mobilizou seus técnicos e equipamentos para solucionar o problema em todo o Estado do Amapá em tempo recorde.

A onda privatizadora está na moda. E infelizmente, o governo aderiu ao discurso do estado mínimo transferindo os nossos melhores recursos para as mãos dos especuladores financeiros. A riqueza aumenta desmesuradamente nas mãos de alguns gananciosos, sendo que os lucros são privatizados enquanto os prejuízos são socializados, remetendo para a miséria quem, com o seu trabalho, contribui para a sobrevivência do Brasil

POR ONDE ANDA WILSON PINTO?

Considerado um dos principais defensores da privatização da Eletrobrás, o seu presidente Wilson Pinto até agora não apareceu para fazer um desagravo público aos trabalhadores da Eletronorte, e tão pouco para pedir direito de resposta à Rede Globo, que veiculou reportagem no Jornal Hoje, na semana passada (por volta do dia 04/11), atribuindo à Eletronorte a culpa pelo apagão.

Cabe ao Wilson Pinto, da mesma forma que incentiva a privatização, reconhecer o valor da empresa cuja holding ele preside. Cabe ao Wilson Pinto esclarecer à população, contando que foi a ISOLUX a responsável pelo desligamento do sistema elétrico Amapaense. Cabe a Wilson Pinto dizer que é a Eletrobrás Eletronorte que está recompondo o sistema elétrico amapaense.

Por isso, é importante que Wilson Pinto Jr não se esconda de suas responsabilidades e venha defender a empresa que preside.

2



ELETRONORTE FOI INDEVIDAMENTE POSTA COMO RÉ EM UMA AÇÃO POPULAR

Lamentavelmente a Eletronorte foi indevidamente posta como ré na Ação Popular 1008292-03.2020.4.01.3100. A ação cobra da Eletronorte, dentre outros pontos, que:

(...) "a ANEEL e a Eletronorte que apliquem à multinacional ISOLUX todas as sanções contratuais e legais cabíveis em uma eventual conduta negligente ou dolosa que tenha contribuído....."

(...) "à Eletronorte que junte cópia do contrato que mantém junto com a ISOLUX...."

Ressaltamos a importância da ação movida pelo Senador Randolph Rodrigues, embora lamentemos que devido a falta de informações ao senador, a Eletronorte tenha sido colocada na condição de ré na ação.

A bem da verdade, a Eletronorte não mantém nenhum contrato com a ISOLUX. Esta empresa mantém um contrato de transmissão de energia e recebe recursos através da Receita Anual Permitida – RAP.

Não cabe à Eletronorte a fiscalização do contrato da ISOLUX, e sim à ANEEL, e quanto à existência de contrato, cremos ser inexistente.

Verificando a liminar concedida na ação, vimos que tanto as sanções, como a multa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) pela apresentação de um plano de ação, bem como a outra multa de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) pela solução completa da situação são imputadas somente à ISOLUX, não cabendo nenhuma sanção à Eletronorte.

A RETIRADA INDEVIDA DA ELETRONORTE DO COMITÊ DE MONITORAMENTO DO SETOR ELÉTRICO MOSTROU SEUS RESULTADOS

Uma das primeiras medidas efetuadas pelo governo Temer foi a expulsão da Eletrobras do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE.

Disse o Ministro Fernando Coelho à época, através de comunicado do MME:

"Nesse processo, a Eletrobras não será mais convidada a participar sistematicamente das reuniões do CMSE, de forma a valorizar e fortalecer seu papel empresarial, não se confundindo com o papel de formulação de políticas públicas do Ministério de Minas e Energia."

A holding estatal federal Eletrobras possuía uma cadeira permanente no referido Comitê simplesmente em função do know-how que possui no setor. Com essa decisão, essa cadeira foi extinta, sob o argumento a seguir: "A Eletrobras é um agente como outro qualquer", desconsiderando o

perfil técnico executivo no grupo com responsabilidade para o país.

Cabe esclarecer que compete ao CMSE as seguintes atribuições (está na lei que o criou, no site do MME):

- Acompanhar o desenvolvimento das atividades de geração, transmissão, distribuição, comercialização, importação e exportação de energia elétrica, gás natural e petróleo e seus derivados;

- Avaliar as condições de abastecimento e de atendimento, relativamente às atividades referidas no inciso I deste artigo, em horizontes pré-determinados;

A expulsão da Eletrobras do CMSE mostra que houve erro crasso do governo, pois é a Eletrobras, através da Eletronorte, quem está ajudando a restabelecer o sistema elétrico do Amapá.

TRABALHADORES MESMO AMEAÇADOS DE DEMISSÃO E DE PERDEREM SEU PLANO DE SAÚDE ESTÃO CONTRIBUINDO SEM MEDIR ESFORÇOS

Desde o apagão, muitos trabalhadores/as da Eletronorte estão dando o seu suor para a normalização do sistema. São homens e mulheres que vem trabalhando dia e noite pelo bem estar do povo amapaense, visando o pronto restabelecimento do sistema elétrico daquele estado.

Contudo, muitos deles estão ameaçados de demissão pelo simples fato de estarem velhos, pasmem, ser velho é critério para ser demitido nas empresas Eletrobras.

A empresa impôs como condição para a renovação do Acordo Coletivo no ano passado, a demissão de centenas de trabalhadores e trabalhadoras, e essas demissões só não aconteceram visto que o CNE, através dos sindicatos, conseguiu suspender as demissões que iriam acontecer em janeiro de 2020.

PRIVATIZAÇÃO NUNCA É A SOLUÇÃO!
POR ISSO A GENTE DEFENDE A ELETROBRAS



Compartilhe este informe com os colegas.

Juntos somos sempre mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL (clique aqui) OU AO SINDICATO DE CLASSE (links nas logos abaixo)

A Diretoria, em 11 de novembro de 2020.
Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL

